



CARTA-CONVITE Nº 04/2021

1 – CONVITE.

1.1 – Licitação nº 02/2021. Processo SC nº 009/2021.

1.2 – Órgão Licitador: Câmara Municipal de Porciúncula.

1.3 – Convidamos V. S^a. a apresentar proposta para aquisição de material de consumo (material de limpeza e gêneros alimentícios) para abastecimento da Câmara Municipal, a fim de participar da licitação por CONVITE, **PELO MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com o que determina a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações da Lei nº 8.883/94, e as condições deste Convite, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal, situado na Rua César Vieira, nº 105, em Porciúncula.

1.4 – Os documentos para habilitação preliminar, bem como a proposta, serão entregues em envelopes separados, com identificação externa do seu conteúdo, até às 10h15min horas, do dia 17/03/2021.

1.5 – Integra este convite o anexo formulário padronizado de proposta (03 vias), bem como a declaração das firmas, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República e inciso V do Art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não empregam menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

2 – DO OBJETO.

2.1 – A obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, relativa à aquisição de material de consumo (material de limpeza e gêneros alimentícios) para abastecimento da Câmara Municipal de Porciúncula, pelo prazo de aproximadamente 09 (nove) meses.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

3.1 – Poderão participar da licitação empresas convidadas, inscritas ou não na Seção de Cadastro, bem como as demais cadastradas na correspondente especialidade, que manifestarem interesse em participar do certame, com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a entrega dos envelopes (Lei nº 8.666/93, art. 22, § 3º).

3.2 – As empresas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Porciúncula

3.3 – Serão exigidos para habilitação os seguintes documentos autenticados:

3.3.1 – Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.3.2 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.3.3 – Cartão de Inscrição do CNPJ;

3.3.4 – Cartão de Inscrição Estadual;

3.3.5 – Certidão Negativa Municipal;

3.3.6 – Certidão Negativa Estadual, (DEVE ESTAR ACOMPANHADA DA CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA, EMITIDA PELO ÓRGÃO PRÓPRIO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO);

3.3.7 – Certidão Negativa Federal, (RELATIVA AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO);

3.3.8 – Alvará de Funcionamento;

3.3.9 – Contrato Social com a última alteração ou outro ato constitutivo correspondente;

3.3.10 – CPF e Identidade do Representante Legal.

3.4 – Os documentos acima citados serão acondicionados em envelope lacrado, no qual se identifique, externamente, o nome do licitante, o número e a data da licitação, e o título **“ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO”**.

3.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem utilizar-se das prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores deverão entregar à Comissão de Licitação a última Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica exigível pela Secretaria da Receita Federal devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

3.6 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida no caso de virem a ser a(s) adjudicatária(s) deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006;

3.7 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar o certificado de regularidade com o FGTS e certidão negativa de débito relativo à seguridade social, mesmo que apresentem alguma restrição;

3.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Convite será (ão) assegurado(s) à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Porciúncula

certame o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.9 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação.

4 – DA PROPOSTA.

4.1 – A Comissão de Licitação desta Câmara fornecerá a cada licitante formulário padronizado de proposta, em 03 (três) vias, que o licitante preencherá de forma legível.

4.2 – Iniciada a abertura do envelope, não será admitida qualquer retificação que possa influir no seu julgamento, nem admitido à licitação proponente retardatário.

4.3 – A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos do modelo padronizado de proposta fornecido pela Câmara, não sendo consideradas aquelas que apresentarem serviços diferentes ou qualquer oferta de vantagem não prevista no mesmo, nem preço com referência à oferta dos demais licitantes.

4.4 – A proposta deverá ser apresentada em envelope próprio, lacrado, deste constando, em sua parte externa, a identificação do proponente, o número e a data da licitação e o título “**ENVELOPE PROPOSTA**”, e deverá conter os seguintes requisitos:

4.4.1 - indicação dos preços em algarismos;

4.4.2 - nos preços indicados na proposta deverão estar computados todos os tributos incidentes sobre o produto e sobre a venda a ser realizada, bem como eventuais despesas com transporte;

4.4.3 – PREÇOS DE TODOS OS ITENS LISTADOS NO FORMULÁRIO DE PROPOSTA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA;

4.5 – O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da abertura da proposta.

5 – DO JULGAMENTO.

5.1 – No julgamento das propostas, serão levados em conta os critérios fixados no artigo 44 da Lei nº 8.666/93.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Porciúncula

5.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências da presente Carta-Convite ou que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

5.3 – Será considerado vencedor o licitante que oferecer **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.4 – Em caso de empate, o critério de desempate será o sorteio, na mesma Sessão de Julgamento, ressalvado o direito das microempresas.

6 – DAS SANÇÕES.

6.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

6.1.1 – Advertência;

6.1.2 - Multa prevista no Contrato; (artigo 86, da Lei 8.666/93);

6.1.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a dois anos;

6.1.4 - Rescisão do termo de contrato;

6.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV, artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

7 – DO FORNECIMENTO DO PRODUTO.

7.1 – O fornecimento do material de consumo (material de limpeza e gêneros alimentícios) deverá iniciar-se a partir da data da assinatura do contrato, sempre que requisitado pelo contratante, e terminará em 31 de Dezembro de 2021.

7.2 – Pode a Contratante, conforme espaço físico disponível, requisitar a quantidade de material suficiente para 09 (nove) meses, de modo que a entrega se resuma em quantas parcelas forem necessárias. Para tanto, a validade dos produtos requeridos deve estar de acordo com o prazo que o produto permanecerá no estoque da Câmara.

7.3 - Entregar o material em perfeitas condições de uso.

8 – DO VALOR.

8.1 – Estima-se o valor global desta licitação em R\$22.673,64 (vinte e dois mil e seiscentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

9 – DO PAGAMENTO.

9.1 – O pagamento dos valores contratados será feito de acordo com o fornecimento dos produtos, o que deverá ocorrer em prazo não superior a 10 (dez) dias, a contar da apresentação das



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Porciúncula

respectivas notas fiscais, devidamente atestadas por responsável.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

10.1 – Os recursos necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes do contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

33.90.30.99.00.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

11.1 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, na forma do artigo 49 da Lei 8.666/93.

11.2 – O FORO competente para dirimir dúvidas e litígios decorrentes desta Licitação é o da cidade de Porciúncula.

11.3 – As eventuais dúvidas dos interessados poderão ser dirigidas à Comissão de Licitação através do telefone (22) 3842-1111 ou diretamente à Rua César Vieira, 105.

Câmara Municipal de Porciúncula, 04/03/2021.

Magda Mourão Rodrigues

Presidente da Comissão de Licitação

Mateus Prevatto Rochetti Rodrigues

Membro da Comissão de Licitação

Giovani Ferreira Florindo

Membro da Comissão de Licitação